



GT 76. Risco, patrimônio e cidadania.

Coordenador(es):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

Risco, patrimônio e cidadania. Manuel Lima Filho (MA/UFG); Edmundo Pereira (MN/UFRJ). A produção e gestão do risco vêm crescendo como fenômeno e chave analítico-investigativa, articulando campos disciplinares científicos, técnicos e jurídico-administrativos. Diversas áreas têm salientado como o conceito condensa agendas ambientais, tecnológicas, humanitárias e patrimoniais como "sociedades de risco". As reflexões se concentram nas condições sociais e históricas de produção diferencial da vulnerabilidade, ou de "culturas do risco". Etnografias de situações de risco, de eventos críticos catastróficos, de operações de resgate e processos de reorganização social pós-desastre têm imbricado economias políticas de distribuição da vulnerabilidade. Agentes do desastre - 'curtos-circuitos', 'sirenes desligadas', 'hidrantes sem água', 'falhas humanas', 'quebras de protocolo' - configuram pontos culminantes de processos de produção do risco. O GT objetiva reunir etnografias de situações de risco, de desastres, de processos de resgate e (re)construção patrimonial de instituições museais, bibliotecas, centros culturais, acervos históricos, artísticos e científicos, entretecendo dimensões pessoais, comunitárias e institucionais e reunir investimentos no mapeamento da diversidade definitiva da noção de risco, das narrativas e idiomas do desastre como expressões de cidadanias culturais e patrimoniais, dos debates sobre reconstrução e tombamento de ruínas e coleções desaparecidas

Impacto, degradação e perda: dimensões simbólicas e enquadramentos técnicos da recuperação de paisagens desaparecidas

Autoria: Rachel Paterman (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Esta comunicação focaliza o contexto de trocas discursivas de agentes envolvidos em projetos de recuperação de paisagens desaparecidas na Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, áreas da chamada zona de expansão da cidade do Rio de Janeiro. Parte-se de works do escritório do arquiteto paisagista Fernando Chacel entre as décadas de 1980 e 2010, e de suas negociações com construtoras e agências de estado, para discutir como categorias de caráter técnico presumem processos mais complexos de elaboração simbólica no interior de relações de conflito e interesses de determinados grupos. Por este caminho, noções como as de "impacto" e "degradação", e "mitigação" e "recuperação", revelam-se associadas a dimensões semânticas que desafiam os contornos estritamente objetivantes que podem lhes ser atribuídos à primeira vista. Conforme se pretende argumentar, no domínio de mediações simbólicas que garantem o deslocamento dessas categorias entre dimensões morais, éticas e estéticas, e registros discursivos tecnicocientíficos e jurídicos, podem ser encontrados elementos capazes de iluminar as relações de poder que legitimam certas intervenções materiais e autorizam como seus agentes determinados grupos em detrimento de outros, que pelos mesmos mecanismos passam a ser classificados como "destruidores" de paisagem. O que exatamente noções como as de "degradação" e "recuperação" significam, e para quem, são perguntas que emergem do enfoque sobre este universo de redes de relações sociais e categorias de pensamento, e que apresentam potencial para um aprofundamento de dinâmicas mais gerais em torno de noções de risco e perda.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: